

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A UTILIZAÇÃO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

**Autor: Roberto Francisco de Souza
Orientadora: Cleiva Schaurich Mativi**

JUÍNA/2009

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A UTILIZAÇÃO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

Autor: Roberto Francisco de Souza

Orientadora: Cleiva Schaurich Mativi

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

JUÍNA/MT

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Cynthia Cândida Correa

Prof^a. Ms. Ahiram Cardoso Silva Lima

ORIENTADORA

Prof^a. Ms. Cleiva Schaurich Mativi

RESUMO

O patrimônio Líquido, é extremamente importante para a atividade cooperativista, pois nele constam as contas de reservas e o capital social que são as ferramentas de trabalho das cooperativas de crédito responsáveis por manter a solidez da mesma. Diante disso, buscou-se neste trabalho demonstrar através da análise do Patrimônio Líquido quanto cada real investido está proporcionando de retorno do capital da cooperativa. Para tal, realizou-se através do estudo de caso uma análise nas demonstrações contábeis dos últimos três anos da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associado do Vale do Juruena, além de pesquisas bibliográficas, entrevistas, consultas às Normas, Resoluções e Circulares do Banco Central do Brasil, Receita Federal, CFC, OCB e demonstrações contábeis da entidade em estudo. Uma vez efetuada a avaliação geral da empresa nos demonstrativos do balanço patrimonial e demonstração de resultados, analisando os aspectos operacionais e financeiros, pode-se aprofundar a análise com o uso de técnicas adicionais. As análises dos relatórios Balanço e DRE tornaram possível verificar que a empresa apresentou índices elevados de crescimento e que o Ativo Circulante sempre representou mais de 75% de todas as contas do ativo, sendo que o PL também apresentou elevados índices de crescimento quando em 2006 totalizava 16,3 milhões em 2006 chegando a R\$ 35,0 milhões em 2008.

Palavras-chave: Cooperativa. Análise vertical. Análise horizontal. Patrimônio líquido.

LISTAS DE ABREVIações E SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
CCLA	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DLPA	Declaração de Lucros ou Prejuízo Acumulado
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração de Resultado do Exercício
NBC	Normas Brasileira de Contabilidade
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PL	Patrimônio Líquido
RDB	Recibo de Depósito Bancário
SA	Sociedade Anônimas

LISTA DE QUADROS

Figura 1 - Análise Vertical e horizontal do Ativo	38
Figura 2 -Análise vertical e horizontal do Passivo	42
Figura 3- Evolução do Patrimônio	43
Figura 4 - Análise da DSP	45
Figura 5 - Evolução do Patrimônio Líquido	48

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1- Evolução do Patrimônio	43
Figura 2 - Evolução do Patrimônio Líquido	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	9
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	10
1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA	10
1.4 OBJETIVOS	10
<i>1.4.1 Objetivo Geral.....</i>	<i>10</i>
<i>1.4.2 Objetivos específicos.....</i>	<i>10</i>
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	11
1.6 JUSTIFICATIVA.....	12
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	12
REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 CONTABILIDADE	13
<i>2.1.1 O Campo de Aplicação.....</i>	<i>13</i>
<i>2.1.2. Usuários das Informações Contábeis.....</i>	<i>13</i>
<i>2.1.3 O Profissional Contábil</i>	<i>14</i>
2.2 PATRIMÔNIO.....	14
<i>2.2.1 Patrimônio Líquido.....</i>	<i>15</i>
<i>2.2.2 Demonstrações contábeis (Financeiras) obrigatórias.....</i>	<i>16</i>
2.3 ESTRUTURA E ANALISE DE BALANÇOS	18
2.4 DIVERSOS TIPOS DE ANÁLISE	19
<i>2. 4.1 Objetivos da Analise de Balanços</i>	<i>20</i>
<i>2.4.2 Equilíbrio Financeiro e volume de CCL</i>	<i>24</i>
<i>2.4.3 Indicadores tradicionais de liquidez.....</i>	<i>24</i>
<i>2.4.4 Liquidez Imediata</i>	<i>24</i>
<i>2.4.5 Liquidez Seca.....</i>	<i>25</i>
<i>2.4.6 Liquidez Corrente</i>	<i>25</i>
<i>2.4.7 Liquidez Geral</i>	<i>25</i>
2.5 USOS E USUÁRIOS DA ANALISE DE BALANÇOS	26
2.6 COOPERATIVISMO	28
METODOLOGIA	31
3.1 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS.....	31

3.2 MÉTODOS DE ABORDAGEM	32
3.3 MÉTODOS DE PROCEDIMENTO	32
3.4 MÉTODO DA PESQUISA.....	32
ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA ESTUDO DE CASO	34
<i>4.1.1 Breve Histórico</i>	<i>34</i>
4.2 ANÁLISE VERTICAL / HORIZONTAL	36
<i>4.2.1 Análises vertical e horizontal do Ativo:</i>	<i>36</i>
<i>Quadro 1 - A.....</i>	<i>36</i>
<i>Quadro 2 - A.....</i>	<i>40</i>
<i>4.2.3 Análise vertical e horizontal da Demonstração de Sobras ou Perdas ..</i>	<i>43</i>
<i>Quadro 3 - A.....</i>	<i>44</i>
4.2.4 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	48
CONCLUSÃO	49
REFERENCIAS.....	50
ANEXOS	51

INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A contabilidade é uma ciência, com o objetivo principal de permitir ao usuário a avaliação e controle da situação econômica e financeira da entidade, possibilitando-lhe fazer inferências sobre suas tendências futuras.

Diante das dificuldades financeiras, crises sociais e ambientais cresce no meio empresarial a prática da responsabilidade social, muitos empresários compreendem que seus negócios fazem parte e dependem do meio social nesse sentido as cooperativas de Crédito são tidas como uma importante alternativa de acesso ao crédito por oferecerem à população em geral, em especial, ao pequeno empreendedor urbano e rural, maior volume de recursos a juros menores que a média das taxas praticadas no mercado.

Eles entendem que para preservar a saúde financeira de seus empreendimentos e buscar crescimento e sustentabilidade, necessitam, cada vez mais, do respeito da sociedade e, além disso, de um ambiente interno e externo favorável ao desenvolvimento e suas atividades ficando ainda mais claro com as mudanças trazidas pela Lei 11.638/07 alterando e implementando, a Lei 6.404/76, além das alterações na NBC T 3.2 e NBC T 3.3 onde se estende as sociedades de grande porte, disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, dentre elas o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício.

As constantes mudanças do mundo moderno exigem das empresas uma busca cotidiana de novas estratégias para se manterem no mercado, e isso não é diferente no cooperativismo, onde os gestores são responsáveis pelo futuro da empresa, fazendo da análise financeira das demonstrações excelentes ferramentas para a tomada de decisão.

A análise de balanço surgiu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário que foi até hoje o seu principal usuário, seu início remonta ao final do século passado com o então pai das Análises de Balanço, Alexander Wall.

A análise do Patrimônio Líquido, é uma das ferramentas mais importante na tomada de decisão das cooperativas de crédito, aumenta a solidez e o mais

importante se o Patrimônio aumenta, aumenta a o retorno para os associados, dessa forma as cooperativas podem reduzir taxas de financiamento e empréstimos e disponibilizar mais recursos para o credito geral aumentando a liquidez.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

O patrimônio Líquido, é extremamente importante para a atividade cooperativista, pois nele constam as contas de reservas e o capital social que são as ferramentas de trabalho das cooperativas de credito responsáveis por manter a solidez da mesma.

Dessa forma o problema da pesquisa è:

Como demonstrar através da análise vertical e horizontal do Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas em cooperativa de crédito?

1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA

De acordo com Gil (2002, p.30), hipótese é "[...] uma explicação suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa".

H0 A análise do Patrimônio Líquido possibilita conhecer a sua evolução.

H1 A Análise do Patrimônio Líquido não gera condições de conhecer a sua evolução ou involução.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Nas palavras de Beuren (2003, p.65), "O objetivo geral indica uma ação ampla do problema, por isso mesmo ele deve ser elaborado com base na pergunta de pesquisa.

Analisar Balanço e DRE dos últimos três anos da Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associado do Vale do Juruena, para através de boa divulgação do Patrimônio Líquido melhorar o entendimento dos associados.

1.4.2 Objetivos específicos

Segundo Beuren (2003, p.53), "[...] os objetivos específicos devem descrever ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido.

- Analisar serie histórica do Balanço.
- Analisar a evolução do Patrimônio Líquido
- Analisar e aplicar índices da serie histórica do Patrimônio Líquido para estudar sua evolução.
- Relatar descritivamente o que aconteceu com o Patrimônio Líquido nos anos estudados.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, entrevistas, consultas às Normas, Resoluções e Circulares do Banco Central do Brasil, Receita Federal, CFC, OCB e demonstrações contábeis da entidade em estudo.

O objetivo será aplicar as análises vertical e horizontal onde a Análise Vertical mostrará a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitindo inferir se há itens fora das proporções e análise horizontal permite que se analise a tendência passada e futura de cada valor contábil, muitas vezes o momento de uma empresa está afetado por causas originadas em períodos anteriores, as quais poderão, ainda refletir-se em períodos futuros.

“O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um, ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. GIL (1999, p. 73)

Já Fachin afirma que no estudo de caso todos os aspectos são investigados e por tratar-se de um estudo intensivo “podem até aparecer relações que de outra forma não seriam descobertas”. Fachin (2001, p.42) e estudo de caso.

1.6 JUSTIFICATIVA

O tema deste projeto tem origem nas inquietações do pesquisador dada à função profissional exercida e a necessidade de atender aos associados da Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena, também de aumentar conhecimentos sobre o Patrimônio líquido da Cooperativa e sua importância como fator de segurança em seu exercício social.

O tema justifica-se por evidenciar aos associados a, importância da evolução do Patrimônio Líquido da Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena.

O patrimônio Líquido, é importante para a atividade cooperativista nele constam as contas de reservas e o capital social que são as ferramentas de trabalho das cooperativas de credito para conseguir recursos junto aos bancos de desenvolvimento do governo federal.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para o desenvolvimento deste projeto serão levados em consideração os seguintes autores:

- Sobre o método Lakatos (2001) dará informações sobre, a coleta e análise de dados serão baseadas em dados primários obtidos a partir de entrevistas não-estruturadas do tipo focalizada.
- Sobre estudo de caso Fachin (2001) com informações caracterizando o estudo de caso e futuras descobertas.
- Sobre Cooperativa e outros assuntos cooperativistas serão abordados por Polonio (2004) e Mauro (1991).
- Sobre Balanços e Análises Contábeis Matarazzo (2002) e Marconi (2001).
- Normas Brasileiras de Contabilidade, Balanços de Cooperativas.
- LEI 5.764/71 e alterações trazidas com a LEI 10.406/2002.
- Resoluções e outras fontes de informações que possam contribuir com o desenvolvimento deste projeto.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

Ribeiro (2005, p.2) comenta:

A contabilidade, portanto, é uma ciência social que tem por objetivo o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência das suas variações.

O que torna a contabilidade uma ciência é o seu principal objeto de estudo, o patrimônio das entidades. Todas as entidades econômico-administrativas têm a necessidade de ter a contabilidade, pois esta ciência está ligada diretamente nas mesmas, em qualquer operação financeira.

2.1.1 O Campo de Aplicação

De acordo com Ribeiro (2005) classifica a contabilidade em três campos de aplicações: Entidades econômico-administrativas; Instituições; Empresas.

As entidades econômico-administrativas reúnem-se com os seguintes elementos: pessoas, patrimônio, titular, ações administrativas e fim determinado. Enfatizando o fim a que se destina, classificando-as em instituições e empresas.

As instituições são entidades econômico-administrativas com finalidade sociais ou sócias econômicas.

As empresas são entidades econômico-administrativas que possuem a finalidade de lucros, englobando os mais variados ramos das atividades, como comércio, indústria, agricultura, pecuária dentre muitas outras infinidades de serviços.

2.1.2. Usuários das Informações Contábeis

Ribeiro (2005, p.5) comenta:

Os usuários das informações contábeis são pessoas físicas e jurídicas que as utilizam para registrar e controlar a movimentação de seus patrimônios bem como aqueles que, direta ou indiretamente, tenham interesse nesse

controle; na apuração de resultados; na avaliação da situação patrimonial, econômica e financeira; na análise de desempenho e do desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individuais), sócios, acionistas, gerentes, administradores, governo, fornecedores, clientes, bancos etc.

Quem utiliza das demonstrações, análises e avaliações são todos os usuários que tem interesses para obtenção de informações inerentes a situação de uma entidade e que buscam na contabilidade as respostas.

2.1.3 O Profissional Contábil

Marion (2004, p.28) Denomina-se:

Técnico em contabilidade (valido até 2004) aquele que cursou contabilidade em nível técnico. Após o término do curso superior (3º grau) de contabilidade profissional é chamado de **Contador** ou bacharel em Ciências contábeis. Tanto o técnico em contabilidade quanto o contador podem ser chamados de *contabilistas*, ambos podem, legalmente, ser responsáveis pela contabilidade das empresas, analistas de balanço, pesquisadores contábeis etc. O contador, porem, está habilitado a exercer outras atividades não cabíveis ao técnico em contabilidade.

No meio contábil existem duas classificações: o bacharel em contabilidade e o técnico em contabilidade (válido até 2004). Ambos possuem responsabilidades contábeis nas empresas, limitado somente para o técnico. Pois o bacharel tem outras habilidades complementares, tais habilidades que Marion (2004) destaca: Auditoria; Perícia Contábil e Professor de contabilidade.

2.2 PATRIMÔNIO

Marion (2004, p. 34) define:

O termo **patrimônio** significa, o principio, o conjunto de bens pertencentes a uma pessoa ou uma empresa. Compõem-se também de valores a receber (ou dinheiro a receber). Por isso, em contabilidade esses valores a receber são denominados direito a receber, ou simplesmente, **direito**.
[...] É necessário evidenciar as obrigações (dívidas) referentes aos bens e direitos.

O patrimônio tem um sentido amplo, de um lado o conjunto de bens e direitos que pertencentes a pessoas ou empresas e do outro lado são as obrigações a serem pagas.

2.2.1 Patrimônio Líquido

A mobilização de recursos financeiros, materiais e humanos e a sua gestão eficiente e eficaz com o intuito de alcançar os objetivos previamente definidos exercem papel importante no processo de continuidade das organizações, um dos pontos cruciais é o tratamento dado ao Patrimônio Líquido, pois uma boa evidenciação dos elementos constitutivos desse grupo do Balanço Patrimonial pode auxiliar a avaliação dos usuários das informações contábeis quanto à capacidade de continuidade da entidade e, conseqüentemente, dos diversos projetos sociais desenvolvidos por ela.

Patrimônio Líquido, Patrimônio Social ou Ativos Líquidos podem ser simplesmente definidos como a diferença entre o valor total do Ativo e do Passivo. Entretanto, como salienta Iudícibus (2000, p. 169),

Em relação às empresas, o Patrimônio Líquido contém elementos que caracterizam diversos interesses como: direitos residuais no caso de liquidação, distribuições de dividendos, participações etc.

Assaf Neto (2007, p. 79) define:

Representa a identidade contábil medida pela diferença entre o total do ativo e os grupos do passivo exigível e resultados de exercícios futuros, indica o volume dos recursos próprios da empresa, pertencentes a seus acionistas ou sócios.

São muitos os aspectos do Patrimônio, “[...], entretanto qualquer que seja o aspecto do Patrimônio estudado deve sempre considerar suas partes positivas e negativas, ou seja, ATIVO quanto o PASSIVO”. (Gonçalves, 1998, p. 29). Em que estruturados compõe como um todo o patrimônio, dando assim diversas formas para uma análise concentrada de uma empresa, constados em seus relatórios.

De acordo com a legislação em vigor vigente, o patrimônio líquido é constituído pelos seguintes subgrupos:

- **Capital social**

É o valor previsto em contrato ou estatuto, que forma a participação (em dinheiro, bens ou direitos) dos sócios ou acionistas na empresa.

- **Reservas de Capital**

São contribuições recebidas por proprietários ou de terceiros, que nada têm a ver com as receitas ou ganhos.

- **Ajustes de avaliação patrimonial**

Indicavam acréscimo de valor ao custo de aquisição de Ativos já corrigidos monetariamente, baseado no mercado, até 31.12.2007. Tais reservas foram extintas pela Lei 11.638/2007.

- **Reservas de lucros**

São obtidas pela apropriação de lucros da companhia ou da empresa por vários motivos, por exigência legal, estatutária ou por outras razões.

- **Prejuízos acumulados**

Conta que registra as perdas acumuladas da entidade, já absorvidas pelas demais reservas ou lucros acumulados.

2.2.2 Demonstrações contábeis (Financeiras) obrigatórias

Conforme artigo 176 da Lei 6.404/76, as demonstrações financeiras obrigatórias pelas Leis das S.A. são:

1. Balanço Patrimonial - BP
2. Demonstração de Resultado do Exercício - DRE
3. Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados - DLPA
4. Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR. Nota:

A partir de 01.01.2008, a DOAR foi extinta, por força da Lei 11.638/2007, sendo obrigatória para apresentação das demonstrações contábeis encerradas até 31.12.2007.

5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL - é facultativa (art. 186, §2º) e poderá ser incluída na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Observação: As Notas Explicativas deverão fazer parte das Demonstrações Contábeis, conforme § 4º e §5º, do artigo acima citado.

Além dos aprimoramentos no método de avaliação dos investimentos, a lei exige que, complementarmente às demonstrações financeiras normais, sejam apresentadas demonstrações financeiras consolidadas da investidora com suas controladas.

Essa exigência é requerida somente para as Companhias Abertas e para os Grupos de Sociedades. Assim sendo, as Companhias Fechadas ou os conjuntos de empresas que não se formalizarem como Grupos de Sociedades não terão essa obrigatoriedade.

A consolidação será compulsória para as Companhias Abertas que tiverem mais de 30% do seu patrimônio líquido representado pelos investimentos em controladas. A lei define as normas básicas da consolidação que incluem a necessidade de eliminação dos saldos e transações intercompanhias, dos lucros ou prejuízos remanescentes nos ativos, a exclusão das partes minoritárias e outros.

A consolidação foi uma das principais inovações da lei atual, já que não era obrigatória até então e apenas algumas raras empresas a publicavam.

Lucros Acumulados: Após a Lei 11.638/07, deixou de ser uma conta patrimonial para ser uma conta de transição entre a D. R. E, e o Balanço Patrimonial. Todo o resultado positivo deve, obrigatoriamente, ter uma destinação específica, seja através de transferências para reservas, seja na distribuição aos acionistas.

2.3 ESTRUTURA E ANALISE DE BALANÇOS

Para os objetivos desse trabalho faz-se necessário a utilização das ferramentas de análise de demonstrações, que neste caso servirão para identificar o crescimento obtido pela cooperativa no período analisado.

A análise das demonstrações contábeis é uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas à apuração de dados indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação Patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica)". (SILVA, 2007, P. 04)

Essa análise fornece uma série de dados que servirá não somente aos dirigentes da entidade analisada, como também para melhor entendimento dos resultados pelos usuários da contabilidade e outros interessados.

Na visão de Matarazzo (2008, p. 15):

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis, a análise de Balanço transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.

Entende-se dessa forma que quanto mais informações forem analisadas, mais fidedignas e reais serão as informações produzidas e será através destas informações que poderá identificar a saúde financeira de uma entidade.

Assaf Neto (2007, p. 79) comenta:

As duas principais características de análise de uma empresa são a comparação dos valores obtidos em determinado período com aqueles levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses com outros afins, dessa maneira pode-se afirmar que o critério básico que norteia a análise de balanços é a *comparação*.

O montante de uma conta ou de um grupo de patrimonial quando tratado isoladamente não retrata adequadamente a importância do valor apresentado e muito menos seu comportamento ao longo do tempo.

Assim a comparação dos valores entre si e com outros de diferentes períodos oferecerá um aspecto mais dinâmico e elucidativo à posição estática das demonstrações contábeis, esse processo de comparação, indispensável ao

conhecimento da situação de uma empresa, é representado pela *análise horizontal e pela análise vertical*.

2.4 DIVERSOS TIPOS DE ANÁLISE

A análise de balanço surgiu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário que foi até hoje o seu principal usuário, seu início remonta ao final do século passado, quando os banqueiros americanos passaram a solicitar balanços às empresas tomadoras de empréstimos.

A medida ganhou aceitação ampla quando, em 09 de fevereiro de 1895, o conselho Executivo da Associação dos Bancos no Estado de New York resolveu recomendar aos seus membros que solicitassem aos tomadores de empréstimos declaração e escritas e assinadas de seus ativos e passivo.

Em 1900, essa mesma associação divulgou um formulário de proposta de crédito que incluía espaços para o balanço, com o transcorrer dos anos e o sucessivo recebimento de balanços foi-se desenvolvendo a noção de comparação de diversos itens, sendo a mais comum a do Ativo Circulante com o Passivo Circulante.

Por volta de 1913, chamava-se atenção para outros índices como: depósitos bancários em relação ao exigível, percentual de contas a receber em relação aos demais itens do ativo, percentual de estoques em relação a vendas anuais e em 1915 a Análise de Balanço tornou-se praticamente obrigatória nos Estados Unidos e Alexander Wall, sendo o então considerado o pai da Análise de Balanço.

Conforme Matarazzo, (2003, p. 22),

No Brasil os primeiros passos da Análise de Balanço ocorreram-se na década de 70, em 1968, a Análise de Balanço era ainda um instrumento pouco utilizado na prática neste ano foi criada, a SERASA, empresa que passou a operar como central de Análise de Balanço de bancos comerciais.

A análise de Balanço surgiu por motivos eminentemente práticos e mostrou-se desde logo instrumento de grande utilidade, alguns índices que surgiram inicialmente permanecem em uso, com o passar do tempo, porém seguindo a tendência natural da sociedade moderna, as técnicas de análise foram aprimoradas, refinadas e tornaram-se objeto de estudo das universidades.

Silva (2007, p. 87-89),

Descreve 10 tipos de análise, sendo ela, Diferenças Absolutas, Análise Vertical, Análise Horizontal, Análise Através de Índices ou Quocientes, Outras Metodologias Complementares, Análise da Alavancagem, Análise das Necessidades de Capital de Giro, Determinação do Grau de Insolvência, Análise da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) e do Fluxo de Caixa e Análise da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

No entanto o enfoque será dado somente os métodos de Análise Vertical e Horizontal e, portanto será dado um enfoque somente nesses dois tipos de análises.

2. 4.1 Objetivos da Análise de Balanços

De acordo com Matarazzo (2008, p. 15)

A Análise de Balanço objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões.

Segundo Idicibus (1998, p. 19):

A necessidade de analisar demonstrações contábeis é tão antiga quanto a própria origem de tais peças". A utilização deste meio financeiro e contábil possibilita avaliar quantitativa e qualitativamente o desempenho estático e evolutivo, ou não, de uma entidade.

Um relatório adequado de análise de balanço deve em lugar dos dados apresentados expor em linhas gerais, podem-se listar as seguintes informações produzidas pela análise de balanços:

Situação financeira

Situação econômica

Desempenho

Eficiência na utilização dos recursos

Pontos fortes e fracos

Tendências perspectivas

Quadro evolutivo

Adequação das fontes às aplicações dos recursos

Causas das alterações na situação financeira

Causas das alterações na rentabilidade

Evidências de erros da administração

Providências que deveriam ser tomadas e não foram

Avaliação de alternativas econômico-financeiras futuras

2.4.1.2 Analise do Capital de Giro

Através do cálculo dos índices de rotação ou prazos médios (recebimento, pagamento e estocagem), é possível construir um modelo de análise dos investimentos e financiamento do capital de giro, de grande utilidade gerencial, bem como para avaliação da capacidade de administração do capital de giro por parte da empresa.

2.4.1.3 Análise Vertical

Para Matarazzo (2008 p. 249), o objetivo da Análise Vertical é:

Mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções

Segundo Assaf Neto (2007, p. 123)

Análise vertical é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo.

Dessa forma, dispondo-se dos valores absolutos em forma vertical, pode-se apurar facilmente a participação relativa de cada item contábil no ativo, no passivo ou na demonstração de resultados, e sua evolução no tempo.

2.4.1.4 Analise Horizontal

Segundo Assaf Neto (2007, p. 115)

Análise Horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais.

A Análise é um processo de estudo que permite avaliar a evolução verificada nos diversos elementos das demonstrações contábeis ao longo de determinado intervalo de tempo, a grande importância dessa técnica é bem clara; permite que se analise a tendência passada e futura de cada valor contábil, muitas vezes o

momento de uma empresa está afetado por causas originadas em períodos anteriores, as quais poderão, ainda refletir-se em períodos futuros.

Matarazzo (2008 p. 245), diz que a Análise Horizontal: “baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série”

Esse tipo de análise é importante, pois permite descobrir e avaliar a estrutura e composição de itens das demonstrações e as sua evolução no tempo, evidenciando os caminhos até então trilhados pela empresa, servindo para construção de uma série histórica, o que é fundamental para ajudar no estudo de tendências e na construção de cenários” Silva (2007 p. 88)

Para Padoveze (2004 p. 201), Análise Horizontal é o instrumento que calcula a variação percentual ocorrida de um período para outro, buscando evidenciar se houve crescimento ou decréscimo do item analisado.

Esse tipo de análise permite verificar a variação dos grupos de contas durante um período conforme já fora dito, permitindo a retirada de conclusões sobre a empresa.

Uma vez efetuada a avaliação geral da empresa nos demonstrativos balanços patrimonial e demonstração de resultados, analisando os aspectos operacionais e financeiros, pode-se aprofundar a análise com o uso de técnicas adicionais.

Por intermédio da análise vertical / horizontal podem-se conhecer pormenores das demonstrações financeiras que escapam à análise genérica através de índices.

Os índices podem informar, por exemplo, que uma empresa está com alto endividamento. A Análise Vertical / Horizontal aponta qual o principal credor e como se alterou a participação de cada credor nos últimos dois exercícios.

A análise vertical baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras. Para isso se calcula o percentual de cada conta em relação a um valor-base. Por exemplo, na Análise Vertical do Balanço calcula-se o percentual de cada conta em relação ao total do Ativo. O objetivo da análise vertical é mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.

2.4.1.5 Modelos de Análise de Rentabilidade

Análise do ROI (Retorno Operacional dos Investimentos)

Esse tipo de Análise, desenvolvido há cerca de cinquenta anos, é ainda instrumento de grande utilidade na análise interna ou externa à empresa. Permite ampla decomposição dos elementos que influem na determinação da taxa de rentabilidade de uma empresa e explica quais os principais fatores que levaram ao aumento ou à queda de rentabilidade.

De acordo com Matarazzo (2003, P. 25)

A análise do ROI possibilita ainda identificar as alternativas para modificações da rentabilidade quando estiver em estudo, moderadamente, faz-se pesquisa a respeito da utilidade desse modelo de análise acoplado à análise de custo/volume/lucro e a análise da Curva de Demanda dos produtos de uma empresa.

Em análises externas à empresa, pouco uso tem sido feito da análise do ROI, no Brasil, sem um motivo, aparentemente, mais forte, talvez a pouca importância que lhe tem sido feito da análise de Balanços ou o suposto academicismo desse modelo ou, ainda algumas pequenas dificuldades de montagem expliquem a falta de entusiasmo dos analistas por esse modelo.

2.4.1.6 Análise da Demonstração das Origens e Aplicações de recursos e do fluxo de caixa

A Partir das demonstrações financeiras levantadas em 31-12-78, a demonstração de Origens e Aplicação de Recursos começou a ser divulgada no Brasil por determinações da Lei nº 6.404.

Conforme Matarazzo, (2003, p. 26)

Utilizando os dados da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, pode-se construir a Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa, cuja análise é a última palavra sobre a situação financeira da empresa e sobre sua gestão de caixa.

2.4.1.7 Análise Prospectiva

A análise de Balanços tradicional detém-se exclusivamente no passado da empresa, por serem os dados do passado os únicos contidos nas demonstrações financeiras.

O pensamento dominante é de que, analisando-se o passado, se poderá inferir como será o futuro, supondo-se que o comportamento da empresa no futuro seja igual aquele do passado, e esse é alias, um raciocínio que a própria sociedade no mundo ocidental tem usado largamente.

Matarazzo (2008, p. 26)

O grau de erro numa análise previsional é maior do que na análise do passado, mas isso não lhe tira a qualidade de mais eficiente, visto que na análise do passado, mesmo que absolutamente correta, pode, em certas circunstâncias, não ter nenhuma utilidade para a tomada de decisões; isso jamais acontecerá com a análise previsional.

2.4.2 Equilíbrio Financeiro e volume de CCL

De acordo com Matarazzo (2003, p, 270-276)

O conceito básico de equilíbrio financeiro fica evidenciado ao ser demonstrado que toda a aplicação de recursos no ativo deve ser financiada com fundos levantados a um prazo de recuperação proporcional á aplicação efetuada, os elementos permanentes, ao serem financiados com créditos a curto prazo, trarão um desequilíbrio á empresa, dada a evidente falta de sincronização entre o momento da reposição dos fundos levantados e o prazo de recuperação dessas aplicações, caracteristicamente a longo prazo.

Assim sendo, ao se apresentar esse desequilíbrio, diz-se que a empresa está assumindo um maior *risco financeiro*, ou seja, elevou-se a probabilidade, pelo menos teórica, de a empresa não saldar seus compromissos nas condições contratadas.

2.4.3 Indicadores tradicionais de liquidez

Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros, além do capital circulante líquido.

2.4.4 Liquidez Imediata

Revela a porcentagem das dividas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente, esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade.

2.4.5 Liquidez Seca

O quociente demonstra a porcentagem das dividas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do *disponível e valores a receber*.

2.4.6 Liquidez Corrente

A liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo.

Se	Denota-se
Liquidez Corrente > 1,0	Capital Circulante Líquido positivo
Liquidez Corrente = 1,0	Capital Circulante Líquido nulo
Liquidez Corrente < 1,0	Capital Circulante negativo

Quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.

2.4.7 Liquidez Geral

Esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo, de cada R\$ 1,00 que a empresa tem de dívida, quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no ativo circulante e no realizável a longo prazo.

A liquidez geral é utilizada também como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos seus compromissos.

Matarazzo (2008, p. 191)

E interessante ressaltar, ainda, a existência de um índice de liquidez, muitas vezes adotado pelo mercado, denominado *capital de giro próprio*, e normalmente obtido pela diferença entre o patrimônio líquido e o ativo permanente (inclusive realizável a longo prazo), e interpretado como o volume de capital próprio da empresa que esta financiando suas atividades circulantes.

Em verdade, não haveria restrição ao uso desse indicador na hipótese de se poder identificar, exatamente, qual a fonte do capital permanente aplicado no ativo, cada ativo deveria ser identificado com sua fonte de financiamento, como e bastante difícil na prática, identificar-se diretamente os vários recursos dos ativos com suas respectivas origens, prefere-se trabalhar com conceito de capital circulante líquido.

2.5 USOS E USUÁRIOS DA ANÁLISE DE BALANÇOS

Silva (2007, p. 7), classifica os usuários das demonstrações contábeis em:

- Usuários internos: Sócios e Gestores;
- Usuários Externos: Instituições Financeiras;
Fornecedores em geral;
Investidores;
Comissão de Valores Mobiliários;
Poder Judiciário;
Fiscalização Tributária;
Comissões de Licitação;

Matarazzo, (2008, p. 27)

Saber analisar balanços está-se tornando uma necessidade para grande número de pessoas

Um dos elementos mais importantes na tomada de decisão relacionadas de uma empresa é a análise das suas demonstrações financeiras, os eventos econômicos podem manifestar-se das mais variadas formas, desde a paralisação de uma atividade fabril até o aparecimento de um novo concorrente, através da análise de balanço pode-se avaliar o significado desses eventos.

Matarazzo, (2003, p. 27) comenta:

O diagnostico de uma empresa quase sempre começa com uma rigorosa analise de balanço, cuja finalidade é determinar quais são os pontos críticos e permitir, de imediato, apresentar um esboço das prioridades para a solução de seus problemas, cada usuário esta interessado em algum aspecto particular da empresa os fornecedores precisam conhecer a capacidade de pagamento de seus clientes, ou seja a sua liquidez.

Os clientes (compradores), em geral ocorre analise por parte do comprador quando depende de fornecedores que não possuem o mesmo porte de risco ou que possam de alguma forma oferecer riscos.

Bancos Comerciais (ou carteira comercial do Banco Múltiplo), como os bancos comerciais concedem credito a curto prazo, devem, alem de observar a situação atual do cliente, procura reconhecer ou obter, alguma informação sobre situação futura de seu cliente, dessa forma, poderá o banco escolher os melhores clientes de hoje e os melhores de amanhã.

De acordo com Matarazzo, (2003, p. 32)

A analise do banco comercial, embora de maior ênfase a aspectos de curto prazo, não relega os pontos de longo prazo, como a rentabilidade e a capitalização do cliente, os bancos sabem que o grau de endividamento e forte indicador de insolvência.

Já os bancos de investimento (ou carteira de investimento no banco múltiplo) concedem financiamentos a um numero menor de empresas, porem a um prazo mais longo, dependendo da situação futura do cliente.

Sociedades de credito imobiliário (ou carteira de credito imobiliário do banco múltiplo), concedem financiamentos a construtoras por prazos superiores a um ano, a analise geralmente fica no meio termo entre a analise de um banco de investimento e a carteira de um comercial.

Sociedades financeiras (ou carteira de financiamento ao consumidor de banco múltiplo) concedem credito diretamente aos consumidores, as lojas vende para seus clientes e estes recebem o credito da sociedade financeira, sendo que a loja intervém como avalista dos empréstimos.

Conforme Matarazzo (2003, p. 28)

Cada usuário está interessado em algum Aspecto particular da empresa, corretoras de valores e publico investidor, fazem analise para investimento em ações, alem da analise financeira, levam em conta outros fatores relacionados especificamente ao preço e a valorização de ações, a liquidez interessa apenas

como questão de sobrevivência, ou seja, se a empresa possui liquidez que lhe permita apenas continuar suas operações.

Concorrentes, a análise dos concorrentes de uma empresa é de vital importância, conhecimento profundo da situação de seus concorrentes pode ser de sucesso ou de fracasso da empresa no mercado, é fundamental analisar empresas concorrentes.

Dirigentes, a análise de balanços para os administradores da empresa, é instrumento complementar para a tomada de decisões, sendo utilizada como auxiliar na formulação de estratégias da empresa, tanto pode fornecer subsídios úteis como informações fundamentais sobre a rentabilidade e a liquidez da empresa hoje em comparação com os balanços orçados.

(ASSAF, 2006, p. 60) comenta:

A análise das demonstrações contábeis de uma empresa pode atender diferentes objetivos consoantes os interesses de seus vários usuários ou pessoas físicas ou jurídicas que apresentam algum tipo de relacionamento com a empresa.

O governo utiliza intensamente a análise de balanços em diversas situações, por exemplo, em uma concorrência aberta, provavelmente escolherá, entre duas propostas semelhantes, apresentadas por empresas em determinada concorrência, aquela que estiver em melhor situação financeira, além disso o governo acompanhará a situação financeira da empresa vencedora da concorrência ao longo do desenvolvimento dos trabalhos para obter informações sobre a possibilidade de a empresa continuar os trabalhos para os quais se candidatou.

2.6 COOPERATIVISMO

Cooperativismo é uma doutrina que fundamenta o processo social da cooperação e do auxílio mútuo, tendo como forma a organização e a ação econômica, onde pessoas que têm um mesmo interesse se associam para que possam alcançar seus objetivos ou obter vantagens em suas atividades econômicas sempre levando em consideração sua atividade e suas atividades econômicas sempre levando em consideração sua atividade e sua filosofia.

Conforme Polonio (2004)

Será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mútua e que observa os princípios de Rochdale.

Desde seu surgimento caracteriza-se pelo seu ideal de transformar a sociedade através da justiça e da igualdade na busca de um objetivo em comum.

A idéia era permitir que as pessoas juntassem dinheiro e pudessem tomar empréstimos mutuamente, criando assim condições para que a população mais pobre do campo pudesse ter alternativas para sair da miséria e melhorar de vida. Bittencourt, (2001, p. 31).

Por esses motivos as sociedades cooperativas têm, entre seus princípios, o de preocupação pela comunidade que nada mais é que intermediar a execução de programas socioculturais em parceria com o governo e outras entidades civis para melhor a qualidade de vida do associado e da comunidade onde esta inserida.

Sociedade cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas e culturais em comum, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática (SICREDI 2009)

As cooperativas de crédito podem ser classificadas de acordo com a forma como estas se relacionam com seus cooperados. As cooperativas de primeiro grau são as que atuam diretamente com os cooperados, também denominadas cooperativas singulares. As de segundo grau são as cooperativas centrais que envolvem várias singulares de uma mesma região e ramo de atuação, com o objetivo de organizar e ganhar escala, promovendo assim o desenvolvimento dessas cooperativas. As de terceiro grau são as confederações que envolvem várias cooperativas centrais e atuam em âmbito nacional junto aos órgãos normativos e governamentais.

Segundo Oliveira, 2004 as cooperativas de Crédito são tidas como uma importante alternativa de acesso ao crédito por oferecerem à população em geral, em especial, ao pequeno empreendedor urbano e rural, maior volume de recursos a juros menores que a média das taxas praticadas no mercado Oliveira (2004).

Atuando desde 1902, o cooperativismo de crédito no Brasil, de acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2004), é formado atualmente por 7.355 cooperativas de crédito e 5,762 milhões de associados (dados de dezembro de 2003). Os serviços prestados aos cooperados pelas cooperativas de crédito são

semelhantes aos bancários: cartões de crédito, contas correntes, fundos de investimento, seguros, aplicações, diversos tipos de empréstimos, entre outros. (REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORANEA, 2007).

Segunda a Lei Brasileira 5.764/71, as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

Existem vários tipos de cooperativas, dentre elas as Cooperativas de Crédito, que são instituições financeiras formada por pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, se fins lucrativos e não sujeitas a falência, que foram criadas com o objetivo de oferecer soluções financeiras e prestar serviços aos seus associados.

O cooperativismo de crédito é uma ferramenta de organização econômica da sociedade tendo como o principal objetivo prestação de serviços financeiros aos associados, tais como, concessão de crédito, captação de depósitos a vista e a prazo, fomenta a poupança, compensação de cheques, venda de consórcio além de outras operações específicas que podem variar de cooperativa para cooperativa, e que foi criada no século XIX.

Esse tipo de cooperativa, comum na Alemanha nesse período, operava juntamente com as cooperativas de consumo, para atender principalmente aos pequenos produtores e artesões.

O Ramo de Crédito um dos primeiros ramos a se organizar no País atua no crédito rural e urbano foi praticamente extinto pelo governo entre as décadas de 1960 e 1980, nos anos 90 o ramo se reestruturou, com o objetivo de facilitar o acesso dos associados ao mercado de financeiro com melhores condições que as instituições bancárias tradicionais, hoje o ramo está consolidado e é um dos que mais cresce no País” (FUNDAÇÃO SICREDI, 2008, P. 30)

O cooperativismo de crédito dissemina o princípio básico de concessão de crédito individual baseado em poupanças coletivas, promovendo a educação econômica e financeira dos seus cooperados chegando à maioria das entidades, prestam serviços bancários completos, além de que os recursos arrecadados pelas cooperativas de crédito são aplicados na própria comunidade, proporcionando indiretamente oportunidades aos seus sócios.

METODOLOGIA

Nesta etapa de realização do trabalho, buscou-se responder não somente o problema de pesquisa, mas também alcançar o objetivo geral e específico propostos para a realização deste.

Para entender os objetivos proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica referente ao tema: Análise e interpretação de Balanço, estudo de caso envolvendo uma cooperativa de crédito da cidade de Juína-MT, onde foram retiradas as informações referentes aos demonstrativos contábeis, para a elaboração das Análises, que é objeto desse estudo.

3.1 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, pois foram através delas que foram levantados dados e informações pertinentes ao assunto.

Para Gil (2002, p. 41) pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Silva, (2008, p. 55) afirma que:

A investigação é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados, tais como: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipes, informações em disquete, diários, cartas pessoais, folclore etc.

Segundo Fachin (2001, p. 42), a pesquisa bibliográfica é um conjunto de conhecimentos humanos reunidos das obras, tem como fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e a produção, coleção, armazenamento, reprodução utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

Já Beuren (2008, p. 84) diz que:

Esse tipo de pesquisa é realizado de maneira mais intensiva, em decorrência de os esforços dos pesquisadores concentrarem-se em determinado objeto de estudo, no entanto, o fato de relacionar-se a um único objeto ao fenômeno constitui-se em uma limitação, uma vez que seus resultados não podem ser generalizáveis a outros objetos ou fenômenos.

Para Silva (2008, p. 54) as principais fontes bibliográficas podem assim ser classificadas: livros de leitura corrente; livros de referencia; como dicionários, enciclopédias, anuários e almanaques; publicações periódicas, como jornais e revistas; impressos diversos.

De acordo com Beuren (2006, p. 86):

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo o referencial já tornado publico em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses entre outros.

3.2 MÉTODOS DE ABORDAGEM

Este trabalho foi realizado através do método de abordagem indutivo, pois foi realizado um estudo em uma empresa especifica (Cooperativa de credito de livre admissão de associados do vale do juruena) que poderá ser utilizada como objeto de estudo ou como modelo a ser aplicado em outras cooperativas do mesmo ramo.

Segundo Silva (2003, p. 34) a indução parte de registros menos gerais para enunciados mais gerais.

Marcone, Lakatos (2004, p. 53) nos diz que:

Indução é o processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma vertical geral ou universal, não contidas nas partes examinadas.

3.3 MÉTODOS DE PROCEDIMENTO

Quanto aos métodos de procedimentos, para a realização deste trabalho foram efetuado analise comparativa, através das demonstrações financeiras; Balanço Patrimonial DRE entre outros se necessários, no período de três anos para que possam ser verificadas as variações da riqueza desta cooperativa.

“Consiste em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Geralmente o método comparativo aborda duas series de natureza analógica tomadas de meios sociais ou de outra área do saber, a fim de detectar o que é comum a ambos” Fachin (2001, p. 37).

3.4 MÉTODO DA PESQUISA

Para Fachin, (2001, p. 125), O estudo de caso é caracterizado por ser um estudo intensivo. É levada em consideração, principalmente, a compensação, com um todo, do assunto investigação, todos os aspectos do caso são investigados.

Segundo Silva (2008, p. 57)

O estudo de caso pode ser utilizado para desenvolver entrevistas estruturadas ou não, questionários, observações dos fatos, análise documental. O objetivo a ser pesquisado neste tipo de pesquisa pode ser o indivíduo a empresa, uma atividade, uma organização ou até mesmo uma situação.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA ESTUDO DE CASO

4.1.1 Breve Histórico

A Cooperativa de Credito Rural do Vale do Juruena – SICREDI UNIVALES, teve inicio de suas atividades em 09 de Junho de 1993 como Cooperativa de Credito Rural.

Em 18 de Dezembro de 2006 a Cooperativa passou por algumas mudanças, teve sua natureza jurídica alterada para Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados, amparada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.321, de 30/09/2005, com isso passou a se denominar, Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena – SICREDI UNIVALES.

Hoje a Sicredi Univales atende os municípios de: Brasnorte, Castanheira, Cotriguaçu, Juina, Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Aripuanã, Juruena, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Colniza, Tabaporã e Apiacas no estado de Mato Grosso; Vilhena, Colorado do Oeste no Estado de Rondônia.

A Cooperativa tem por Objetivos principais estimular a formação de poupança e a captação de recursos, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados, com a primeira finalidade de fomentar a produção rural, industrial e comercial, bem como sua circulação, além de prestar serviços inerentes à sua condição de instituição financeira.

Pode praticar todas as operações compatíveis com as sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecidas à legislação pertinente, os atos regulamentares oficiais, seu Estatuto e as Normas Internas do SICREDI.

A atuação do SICREDI nas comunidades onde está presente possui dois pilares: o econômico e o social. A Relação Econômica ocorre através da prestação de serviços e venda de produtos e serviços financeiros que oportunizam a geração de renda para o associado, as sobras que sustentam o desenvolvimento do negocio e mantém seus recursos aplicados em sua área de atuação.

Por sua vez, através das Relações Sociais, o SICREDI valoriza e desenvolve as pessoas, a sociedade e o meio ambiente, assim, seguindo e multiplicando os

seus os seus princípios e valores. Juntas, as relações econômicas e sociais do SICREDI com a comunidade, proporcionam o desenvolvimento local.

4.2 ANÁLISE VERTICAL / HORIZONTAL

4.2.1 Análises vertical e horizontal do Ativo:

Quadro 1 - A

ATIVO	31/12/2006	AH%	AV%	31/12/2007	AH%	AV%	31/12/2008	AH%	AV%
	R\$			R\$			R\$		
ATIVO CIRCULANTE	72.631,076	-	92,737	108.252,703	149,045	89,610	130.867,000	120,890	87,464
DISPONIBILIDADES	1.281,447	-	1,636	1.491,294	116,376	1,234	2.421,000	162,342	1,618
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações Mercado Aberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	34.484,938	-	44,031	36.472,541	105,764	30,191	41.921,000	114,939	28,018
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	660	-	0,843	796.516	120.636,536	659,343	1.637,000	0,206	1,094
Créditos Vinculados	-	-	-	341.306	-	282,527	-	-	-
Centralização Financeira – Cooperativas	35.334,719	-	45,116	33.826,677	95,732	57,335	39.430,000	116,565	26,353
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	36.140,644	-	46,145	69.263,847	191,651	57,335	84.807,000	122,440	56,680
Operações de Crédito Setor Privado	37.342,880	-	47,680	72.056,654	192,960	59,647	88.873,000	123,338	59,398
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.202,236)	-	(1,535)	(2.792,807)	232,301	(2,312)	(4.066,000)	145,588	(2,717)
OUTROS CRÉDITOS	379,327	-	0,484	512,238	135,039	0,424	1.091,000	212,987	0,729
Avais e Fianças Honrados	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Rendas a Receber	122	-	0,156	148.800	121.986,211	123,174	477.000,000	320,565	318,801
Créditos Específicos	-	-		-					-
Diversos	257	-	0,329	371.910	144.504,583	307,861	627.000,000	168,589	419,053
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa	(23,000)	-	(0,029)	(8.472,000)	36.834,783	(7,013)	(13.000,0000)	153,447	(8,689)
OUTROS VALORES E BENS	342.720,00	-	437,594	512.783	149,622	424,473	627.000,000	122,274	419,053
Outros Valores e Bens	95.945	-	122,505	266.304	277,559	220,442	201.000,000	75,478	134,338
(-) Provisão p/Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	-		-			34.000,000		22,724
Despesas Antecipadas	247	-	0,315	246.479	99.880,053	204,031	460.000,000	186,628	307,439
		-							-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.165,711	-	1,488	7.013,706	601,668	5,806	9.962.000	142.036,179	6.658,067
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-		-			-		-
Títulos de Renda Fixa	-	-		-			-		-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	810.532,000	-	1.034,908	6.073,899	0,749	5,028	9.232,000	151,995	6,170
Operações de Crédito Setor Privado	856,982	-	1,094	6.250,211	729,328	5,174	-	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(46)	-	(0,059)	(176.322)	379.595,264	(145,956)	(728)	0,413	(0,487)
OUTROS CRÉDITOS	-					-			-
Créditos Específicos	-	-		-		-	-		-
Diversos	-	-		-		-	-		-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa	-	-		-		-	-		-
OUTROS VALORES E BENS	355	-	0,454	939.807	264.600,948	777,957	1.458,000	0,155	0,974
Despesas Antecipadas	355		0,454	939.807	264.600,948	777,957	1.458,000	0,155	0,974

	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	4.522,433	5,774	5.532,138	122,327	1,773	8.794,000	158,962	5,877
INVESTIMENTOS	1.804,673	2,304	2.141,831	118,682	1,773	4.145,000	193,526	2,770
Ações e Cotas	1.804,673	2,304	1.013,238	56,145	0,839	-	-	-
Outros Investimentos	-	1.128,593	0,934	4.145,000	367,271	2,770		
IMOBILIZADO DE USO	2.107,814	2,691	2.636,746	125,094	2,183	4.438,000	168,314	2,966
Imobilizações em curso	3.896,000	4,975	13.582,000	348,614	11,243	-	-	-
Imóveis de Uso	28.957,000	36,973	28.957,000	100,000	23,970	29.000,000	100,148	19,382
Outras Imobilizações de Uso	2.948,981	3,765	3.662,541	124,197	3,032	5.682,000	155,138	3,798
(-) Depreciações Acumuladas	(874,020)	(1,116)	(1.068,334)	122,232	(0,884)	(1.273,000)	119,157	(0,851)
DIFERIDO	609,946	0,779	759.561,000	124.529,221	628,752	211.000	27,779	141,021
Gastos de Organização e Expansão	675,546	0,863	866,353	128,245	0,717	280.000	32.319,389	187,137
(-) Amortizações Acumuladas	(65,600)	(0,084)	(106,792)	162,793	(0,088)	(69.000)	64.611,581	(46,116)
	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	78.319,220	100,000	120.804,547	154,246	100,000	149.623,000	123,855	100,000

Figura 1 - Análise Vertical e horizontal do Ativo

Observa-se na análise apresentada conforme anexo I, que o ativo circulante é responsável por mais de 87% do ativo nos três anos observados.

Distribuído em maior porcentagem para as contas relações interfinanceiras 44,031% e em reais R\$ 34,4 milhões, Operações de Credito 46,114% e em reais R\$ 36,1 milhões, de todas as contas do ativo 2006, e em segundo o permanente com 5,774% do total representado em reais R\$ 4,5 milhões, conclui-se que a empresa referida no estudo de caso possui grande parte de seus recursos alocados no circulante á curto prazo.

No ano de 2007 esse quadro sofreu algumas alterações houve redução no ativo circulante se comprado com o ano anterior de 3,127%, e outro fator interessante um crescimento de 49,045% de R\$ 78,3 milhões para R\$ 120,8 milhões em 2007 de todo o ativo da empresa, e de 91,5% da conta operações de credito que totalizavam R\$ 36,1 milhões em 2006 saltando para R\$ 69,2 milhões em 2007 pode-se dizer que a empresa estudada emprestou mais dinheiro em 2007 e com isso aumentou expressivamente a conta provisão para liquidação duvidosa em 2006 muito baixa quase inobservável agora representa mais de 7,8% de todo o ativo.

Em 2008 assim como 2007 a empresa apresentou grandes alterações mas dessa vez na maioria da contas do ativo e não mais em grupos isolados como em anos anteriores que as alterações ocorriam em sua grande maioria no grupo ativo circulante.

Em 2008 o ativo total apresentava um crescimento de 23,8%, R\$ 149, 6 milhões de reais comparado com ano anterior R\$ 120,8 milhões e de 91,1% se comparado com 2006 R\$ 78,3 milhões, também como em 2007 as contas operações de credito, provisão para liquidação duvidosa, e permanente apresentaram grande evolução.

Com destaque novamente para a conta operações de credito que apresentou crescimento de 23,8%, provisão para liquidação duvidosa 153% e permanente com variação positiva de 58,9% representando R\$ 8,0 milhões de reais.

Pode-se dizer que nos últimos anos a empresa apresentou números realmente incríveis observados com as análises vertical e horizontal.

4.2.2 Análises vertical e horizontal do Passivo

Quadro 2 - A

PASSIVO	31/12/2006	AH%	AV%	31/12/2007	AH%	AV%	31/12/2008	AH%	AV%
	R\$	-		R\$			R\$		
PASSIVO CIRCULANTE	61.963	-	79	93.644,389	151,130	77,517	113.534,000	121,240	75,880
DEPÓSITOS	55.359	-	71	75.328	136,072	62	92.889	123,312	62
Depósitos a Vista	29.672	-	38	42.742	144,048	35	46.495	108,780	31
Depósitos a Prazo	25.205	-	32	32.262	128,002	27	44.975	139,405	30
Outros Depósitos	482.277	-	616	323.770	67,134	268	590.000	182,228	394
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.071,783	-		13.365,662	645,128	11,064	12.800	95,768	8,555
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	-	-	484.000		401	-	-	-
Repasse Interfinanceiros	2.071,783	-	2,645	13.365,178	645,105	11,063	12.800	95,771	8,555
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	-	-	277.000		229	-	-	-
Recursos em Trânsito de Terceiros	-	-	-	277.000		229	-	-	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	487.204	-	622	205.451	42,169	170	1.468	0,715	1
Empréstimos no país – Instituições Oficiais	-	-	-	-		-	-		-
Empréstimos no país – Outras Instituições	487.204	-	622	205.451	42,169	170	-	-	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	-	-	-	-		-	-		-
Instituições Oficiais	-	-	-	-		-	-		-

Outras Instituições	-	-	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.044,708	-	5,164	4.468,045	110,466	3,699	6.377,000	142,725	4,262
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	5.355,000	-	6,837	870.000	16.246,499	720	28.000	3,218	19
Sociais e Estatutárias	2.063,084	-	2,634	1.904,495	92,313	1,577	1.630,000	85,587	1,089
Fiscais e Previdenciárias	464,380	-	0,593	642.269	138.306,775	532	533.000	82,987	356
Operações Especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas	1.511,889	-	1,930	1.920,411	127,021	1,590	4.186,000	217,974	2,798
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	-	-	408.345	-	338	1.005,000	0,246	1
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	-	-	408.345	-	338	1.005,000	0,246	1
Repasses Interfinanceiros	-	-	-	408.345	-	338	1.005,000	0,246	1
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS		-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições Oficiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Instituições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-

		-	-	-		-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.356,423	-	20,884	26.751,813	163,555	22,145	35.084,000	131,146	23,448
Capital de Domiciliados no País	9.490,959	-	12,118	15.857,016	167,075	13,126	20.977,000	132,288	14,020
Reservas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	5.327,030	-	6,802	7.964,393	149,509	6,593	10.952,000	137,512	7,320
Sobras ou Perdas Acumuladas	1.538,434	-	1,964	2.930,404	190,480	2,426	3.156,000	107,698	2,109
TOTAL DO PASSIVO	78.319,220	-	100,000	120.804,547	154,246	100,000	149.623,000	123,855	100,000

Figura 2 -Análise vertical e horizontal do Passivo

Através da Análise Vertical, observa-se que o passivo circulante representa mais de 75% do passivo total nos três anos analisados e o Patrimônio Líquido mais de 20%.

A análise horizontal destacou crescimento do Passivo Circulante nos anos observados em 2006 o Passivo circulante era de R\$ 61,9 milhões de reais cerca de 79% do Passivo Total, em 2007 apresentou crescimento de 51,1% acumulando um total de R\$ 93,6 milhões e 2008 sobre 2007 um crescimento médio de 21,2% acumulando o passivo circulante de R\$ 113,5 milhões de reais.

Isso ocorreu devido ao alto crescimento das contas de depósito a vista e a prazo, ou seja a empresa captou grande quantidade de recursos sejam eles de poupança longo prazo (CDB e RDB), integralização de capital que reflete diretamente no PL, ou depósito a vista que resulta em melhora no capital circulante líquido já que este é o carro chefe da empresa estudo de caso.

Em seguida com grande destaque nas análises o Patrimônio Líquido que além de representar 20% no ano de 2006 cerca de R\$ 16,3 milhões de reais apresentou, como o passivo circulante crescimento muito expressivo em 2007 comparado com 2006 de 63,5%, ou seja, saltou de R\$ 16,3 milhões para R\$ 26,7 em 2007.

No ano seguinte 2008 houve crescimento expressivo de 31,1% sobre 2007 resultando em um Patrimônio líquido total de R\$ 35,0 milhões de reais.

Destaque também para as contas de reservas e capital social que graças ao crescimento do grupo de contas do Patrimônio Líquido evoluíram de forma muito expressiva assegurando assim a estabilidade da empresa em caso de crise visto que é visível nos balanços analisados onde existem poucas obrigações com terceiros.

Gráfico 1 – Evolução do Patrimônio em Milhões

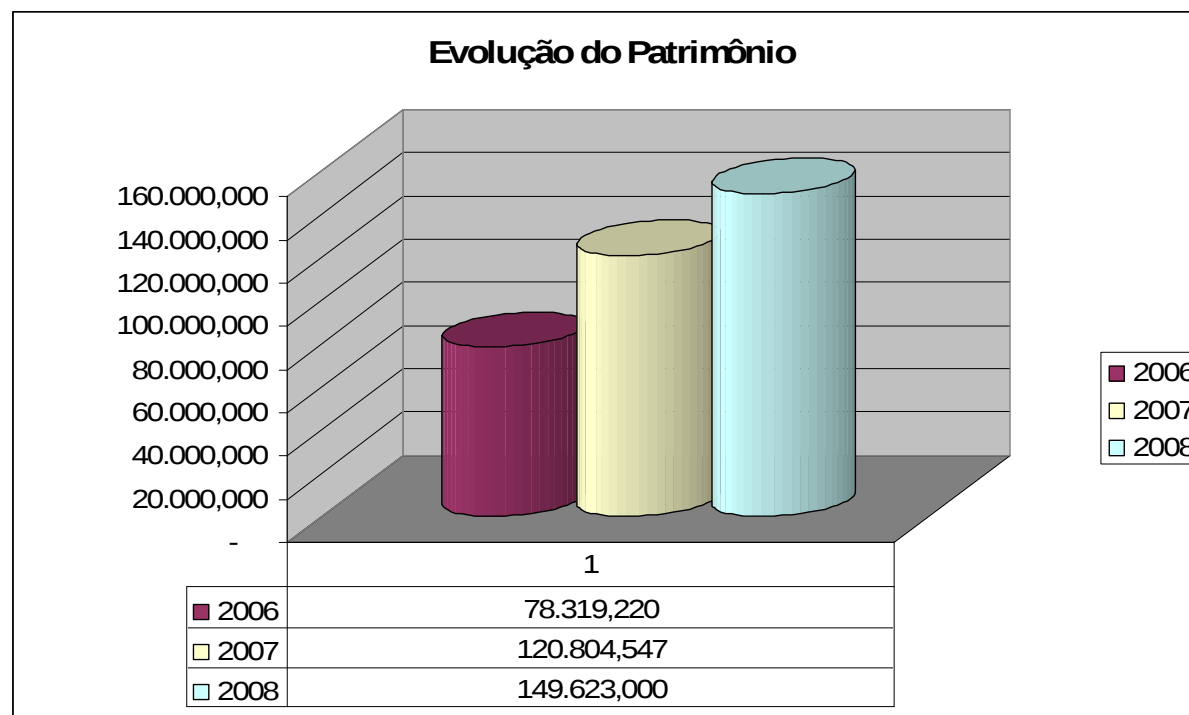


Figura 3- Evolução do Patrimônio

Fonte: Roberto Francisco de Souza

4.2.3 Análise vertical e horizontal da Demonstração de Sobras ou Perdas

Quadro 3 - A

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	01/06 a 31/12/2006				
	R\$				
	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL		
				AH%	AV%
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.221.677	3.710.456	12.932.133		100
Operações de Crédito	9.221.676	3.710.456	12.932.132		100
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1	-	1		0,000008
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-		
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-		
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.330.617)	(749.845)	(4.080.462)		(32)
Operações de Captação no Mercado	(2.543.369)	(488.745)	(3.032.114)		(23)
Operações de Empréstimos e Repasses	(102.391)	(31.732)	(134.123)		(1)
Provisão para Operações de Crédito	(684.857)	(229.368)	(914.225)		(7)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.891.060	2.960.611	8.851.671		68
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.041.497)	(699.442)	(4.740.938)		(37)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.501.602	1.324.931	2.826.533		22
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(3.533.314)	(1.088.324)	(4.621.638)		(36)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(3.678.545)	(1.136.831)	(4.815.376)		(37)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(134.117)	(247.942)	(382.059)		(25)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-		
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	3.235.774	899.752	4.135.526		32
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(1.432.897)	(451.028)	(1.883.924)		(15)
RESULTADO OPERACIONAL	1.849.563	2.261.169	4.110.733		32
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(19.315)	7.500	(11.816)		(0,091)

RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.830.248	2.268.669	4.098.917	32
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(929.685)	(929.685)	(7,19)
PARCIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO				
SOBRAS OU PERDAS APÓS TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.830.248	1.338.984	3.169.232	25
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS				
SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.830.248	1.338.984	3.169.232	25
DESTINAÇÕES	915.124	1.338.984	2.254.108	
Juros sobre o Capital Próprio				
Fates	91.512	1.338.984	1.430.496	11
Reserva Legal	823.612	-	823.612	
Outras Destinações				
SOBRAS OU PERDAS APÓS AS DESTINAÇÕES	915.124	-	915.124	7
ABSORÇÃO DE DISPÊNDIOS FATES	623.310	-	623.310	5
SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	1.538.434	-	1.538.434	100

Figura 4 - Análise da DSP

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	01/07 a 31/12/2007					01/08 a 31/12/2008				
	R\$					R\$				
	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL			ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL		
				AH%	AV%				AH%	AV%
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.694.332	79.003	11.773.335	(8,96)	100	19.070.983	494.026	19.565.009	66	100
Operações de Crédito	11.689.616	79.003	11.768.619	(9,00)	100	19.048.774	494.026	19.542.800	66	100
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.716	-	4.716		0,04	22.209	-	22.209		
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-			-	-	-		

Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-			-	-	-		
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.966.964)	(101.999)	(4.068.963)	(0,28)	(35)	(5.906.183)	(183.817)	(6.090.000)	50	(31)
Operações de Captação no Mercado	(1.699.235)	(35.908)	(1.735.143)	57,23	57	(3.253.005)	(109.022)	(3.362.027)	94	(17)
Operações de Empréstimos e Repasses	(381.769)	(19.326)	(401.095)	199,05	(3)	(471.419)	(28.046)	(499.465)	25	(3)
Provisão para Operações de Crédito	(1.885.960)	(46.765)	(1.932.725)	111,41	(16)	(2.181.759)	(46.749)	(2.228.508)	15	(11)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.727.368	(22.996)	7.704.372	(12,96)	65	13.164.800	310.209	13.475.009	75	69
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.980.857)	297.933	(3.682.924)	(22,32)	(31)	(6.617.942)	500.077	(6.117.865)	66	(31)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.874.616	590.273	2.464.889	(12,79)	21	3.130.577	1.226.867	4.357.444	77	22
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(3.635.089)	(179.249)	(3.814.338)	(17,47)	(32)	(6.345.504)	(431.510)	(6.777.014)	78	(35)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.950.588)	(205.485)	(3.156.073)	(34)	(27)	(5.409.348)	(485.445)	(5.894.793)	87	(30)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(123.732)	(45.916)	(169.648)	(55,60)	(1)	(171.646)	(113.650)	(285.296)	68	(1)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-			-	-	-		
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	2.579.001	221.436	2.800.437	(32,28)	24	4.946.165	477.823	5.423.988	94	28
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(1.725.065)	(83.126)	(1.808.191)	(4,02)	(15)	(2.768.186)	(174.008)	(2.942.194)	63	(15)
RESULTADO OPERACIONAL	3.746.511	274.937	4.021.448	(2,17)	34	6.546.858	810.286	7.357.144	83	38
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	415	29.621	30.036	(354,20)	0,26	(1.127)	19.499	18.372	(5,287)	0,09
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO E PARTICIPAÇÕES	3.746.926	304.558	4.051.484	(1,16)	34	6.545.731	829.785	7.375.516	82	38
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(124.469)	(124.469)	(87)	(1)	-	(280.178)	(280.178)	125	(1,43)
PARCIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-	-	-			-	-	-		
SOBRAS OU PERDAS APÓS TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO E PARTICIPAÇÕES	3.746.926	180.089	3.927.015	24	33	6.545.731	549.607	7.095.338	81	36
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS						201.911	(201.911)	-		

SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES						6.747.642	347.696	7.095.338	7.095.338	36
DESTINAÇÕES						3.817.238	347.696	4.164.934	4.164.934	21
Juros sobre o Capital Próprio	886.834	-	886.834	886.734		886.834	-	886.834	886.834	13
Fates						293.040	347.696	640.736	640.736	3
Reserva Legal						2.637.364		2.637.364	2.637.364	13
Outras Destinações						-		-		
SOBRAS OU PERDAS APÓS AS DESTINAÇÕES										
ABSORÇÃO DE DISPÊNDIOS FATES										
SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	2.860.092	180.089	3.040.181	98	26	2.930.404	-	2.930.404	(3,61)	15

As receitas diminuíram em 2007 cerca de 8% sobre 2006 porem essa queda de receita foi compensada em 2008 sobre 2007 com aumento de 66% de R\$ 11,6 para 19,0 milhões de receita.

Os custos reduziram em torno de 22% de 2006 para 2007, período em que a empresa estudo de caso passou por mudanças constitucionais e tributárias. Já que houve aumento das despesas com pessoal, administrativa e despesas com construção de novas unidades de atendimento em Mato Grosso e Rondônia, aumentou também de 2007 para 2008 4,7 milhões para R\$ 6,1 milhões cerca de 66,0%.

Além disso, podemos notar o considerável aumento expressivo nas sobras da empresa estudo de caso onde o crescimento dos três anos totalizaram 90,48% sobre as sobras de 2006 onde as sobras eram de R\$ 1,5 milhões saltando para R\$ 2,9 em 2008.

É notável também queda expressiva na arrecadação tributária da empresa estudo de pois em 2006 representava 7% de todas as receitas e em 2008 passou a responder por apenas 1,43% do total de receitas.

4.2.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Ocorreu um crescimento médio muito bom para a empresa estudo de caso de 43,7% para os dois últimos anos onde inicia-se com R\$ 16,3 milhões em 2006, evolui para R\$ 26,7 em 2007 e encerrando o exercício de 2008 com R\$ 35,0 milhões. Este aumento também foi ocasionado pelo aumento do lucro líquido da empresa.

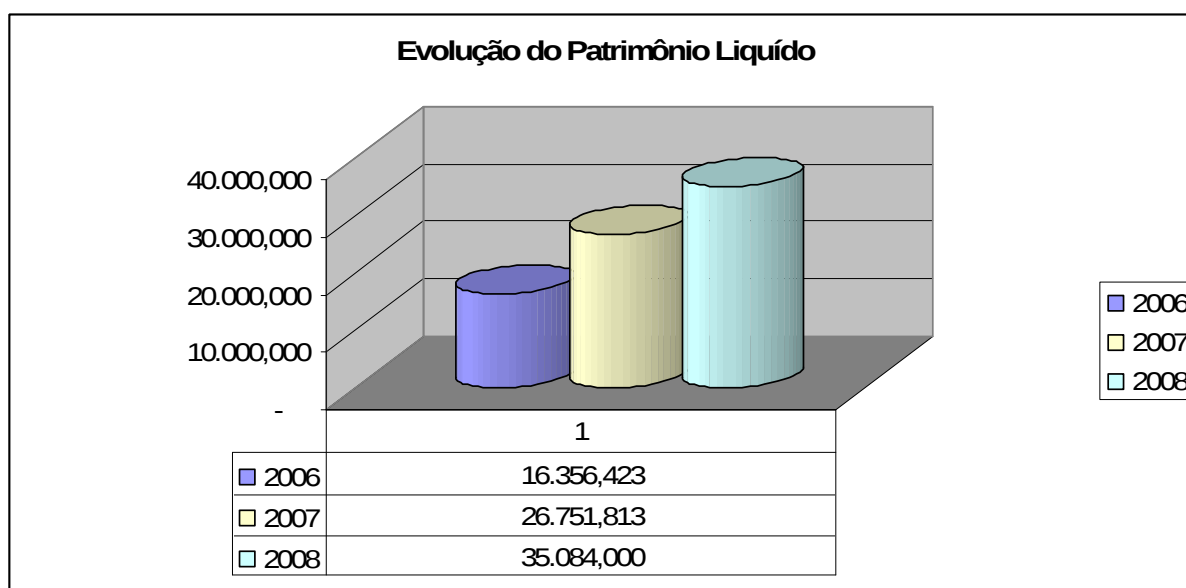


Figura 5 - Evolução do Patrimônio Líquido

Fonte: Roberto Francisco de Souza

CONCLUSÃO

O presente trabalho expressou um conjunto de técnicas e métodos que são utilizados como ferramentas no dia a dia das empresas principalmente no tocante informação financeira e operacional, dessa forma através da análise vertical e horizontal, tornou-se possível obter conclusões sobre a situação econômico-financeira das instituições em geral.

Nesse sentido a realização deste trabalho evidenciou importância das análises vertical e horizontal nas projeções das empresas principalmente no setor financeiro onde essas são utilizadas com mais frequência, para isso foi aplicado um estudo de caso onde o objeto principal foi encontrar a evolução do Patrimônio Líquido da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena nos últimos três exercícios.

No estudo de caso, buscando atender aos objetivos propostos para este trabalho, foram utilizados os relatórios da empresa CCLA de Associados do Vale do Juruena, como base para avaliar o seu desempenho econômico e financeiro.

Ao observar os relatórios Balanço e DRE tornou-se possível, no final da análise, verificar que a empresa apresentou índices elevados de crescimento e que o ativo circulante sempre representou mais de 75% de todas as contas do ativo e o PL mais de 20%. Além disso, notou-se também que a empresa apresentou crescimento médio em seus ativos, representando 21,2%, evoluindo de R\$ 78,3 milhões em 2006 para R\$ 149,6 milhões em 2008.

O PL também apresentou elevados índices de crescimento quando em 2006 totalizava R\$ 16,3 milhões em 2006 chegando a R\$ 35,0 milhões em 2008.

Diante do exposto, depreende-se que foi respondido ao problema de pesquisa, além de confirmar-se a primeira hipótese, ou seja, a análise do Patrimônio Líquido possibilita conhecer a sua evolução, contribuindo de modo significativo à tomada de decisões, sendo refutada a segunda hipótese, afirmando que a Análise do Patrimônio Líquido não gera condições de conhecer a sua evolução ou involução, não sendo importante, portanto, ao processo de tomada de decisão.

Recomenda-se que sejam realizados maiores estudos sobre esta temática, dada à sua importância e a possibilidade da utilização dos resultados obtidos para o processo decisório.

REFERENCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque financeiro. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CERVO, A. L. e BERVIAN P. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil, 1983.

FACHIN, Odila. **Fundamentos de Metodologia**, 3º Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2001, p.125.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HELDRIKEN, Eldon S. & BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 5ª Ed. Accounting Theory: Traduzido para português

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Elizeu; SANTOS, Ariovaldo. Lei 6.404/76 e alterações trazidas com a Lei 11.639/2007. Disponível em: <<http://www.cfc.fipecafi.com.br/palestra/player.asp>> Acesso em 19 out. 2009.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OSNI MOURA RIBEIRO, Contabilidade Comercial Fácil. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

OLAK, PAULO ARNALDO. **As Entidades Sem Fins Lucrativos** (Terceiro Setor) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas.

POLONIO, W. A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. Editora Atlas S.A.1998.

ANEXOS

Lei 6.404/76 e alterações trazidas com a Lei 11.639/2007

<http://www.cfc.fipecafi.com.br/palestra/player.asp>, aula dos professores Eliseu Martins e Ariovaldo dos Santos.

As contas do Balanço são classificadas em diversos grupos e subgrupos. São eles:

I – Ativo Circulante: Fazem parte deste grupo os valores disponíveis ou realizáveis até o término do exercício seguinte. Ele é composto pelos seguintes subgrupos:

a – Disponibilidades: “Valores disponíveis que estão ao nosso imediato alcance, tal como dinheiro no cofre. Conjunto de valores representado, essencialmente, pelo dinheiro e pelos títulos que a ele equivalem imediatamente”. Essa é a definição de disponibilidade imediata dada por Lopes de Sá. É esse tipo de disponibilidade que representa esse subgrupo do Balanço.

b – Créditos: São valores referentes às vendas e aos serviços prestados a prazo, deduzidos os valores referentes as duplicatas descontadas e os considerados de difícil recebimento. Essas últimas deduções são feitas através de contas de provisão. Também fazem parte desse subgrupo os adiantamentos feitos aos empregados e fornecedores.

c – Estoques: São os bens prontos para revenda ou em elaboração, assim como as matérias-primas usadas em sua fabricação, deduzidas as provisões para ajuste do valor de estoque. Também fazem parte desse subgrupo os diversos materiais de consumo pertencentes à entidade.

d – Aplicações Financeiras: São recursos financeiros da entidade, aplicados com prazos de resgate determinado, como CDB, RDB, títulos da dívida pública etc., provisionados os devidos ajustes para os títulos e valores mobiliários. Vale lembrar que esses prazos determinado para resgate não pode ultrapassar o fim do exercício social seguinte ao da data de encerramento do Balanço.

e – Despesas do Exercício Seguinte: São “despesas que ainda não ocorreram, mas foram pagas antecipadamente. A sua apropriação ao resultado só ocorrerá no exercício seguinte. De fato, no momento do pagamento, como elas ainda não eram devidas, a característica correta seria de um adiantamento feito à terceiros (como um salário adiantado junto a um empregado), e, nesses termos, geraria para a empresa um autêntico direito junto à pessoa que o recebeu. Daí a lógica de sua classificação no grupo Circulante”.

II – Ativo Não Circulante: Este foi um grupo criado pela Lei 11.638/07. Fazem parte dele as contas que dizem respeito aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e aquelas que representam a parte do Ativo que não se destina a venda. Fazem desse grupo os seguintes subgrupos:

a – Realizável a Longo Prazo: compõem este subgrupo as contas referentes aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os valores com prazo de realização incerto, como empréstimos à coligadas, diretores, sócios, controladas etc..

b – Investimentos: São aplicações permanentes em outras empresas e em bens destinados a produzir renda.

c – Imobilizado: São os bens tangíveis destinados à manutenção das atividades da entidade. Após a Lei 11.638/07, os bens em arrendamento passaram a fazer parte deste subgrupo, fazendo valer a regra da “prevalência da essência sobre a forma” nesse caso.

d – Intangível: Este subgrupo foi criado pela Lei 11.638/07. Fazem parte dele as contas referentes aos bens incorpóreos, também necessários a manutenção das atividades da entidade.

e – Diferido: Fazem parte dele as “aplicações de recursos que beneficiarão o resultado de vários exercícios. A Lei prevê o deferimento dessas despesas porque as receitas correspondentes só vão ser geradas futuramente, e o seu lançamento como despesa total do período em que ocorreram distorceria o resultado operacional”. Vale ressaltar que, segundo alguns autores como Eliseu Martins, em sua palestra sobre as alterações na Lei 6.404/76 pela Lei 11.638/07, o subgrupo

Diferido deverá deixar de existir em pouco tempo, por não existir nas normas internacionais.

III – Passivo Circulante: Fazem deste grupo as obrigações a pagar e as obrigações “de fazer” que devem ser cumpridas até o término do exercício social subsequente ao da data de encerramento do Balanço.

IV – Não Circulante: Este grupo era conhecido, antes da Lei 11.638/07, por Exigível a Longo Prazo. Fazem parte dele as obrigações vencíveis após o término do exercício social seguinte ao da data de encerramento do Balanço.

V – Resultados de Exercícios Futuros: Este grupo representa as receitas recebidas antecipadamente, subtraídas dos respectivos custos. Tais valores ainda não foram considerados no resultados em obediência ao princípio da competência. Este grupo, segundo a já citada palestra do Professor Eliseu Martins, também deverá deixar de existir.

VI – Patrimônio Líquido: Segundo Lopes de Sá, o Patrimônio Líquido é o “valor resultante da diferença entre os valores do Ativo e as dívidas da empresa expressas no Passivo Circulante e no Passivo Exigível a Longo Prazo”. Fazem parte dele os seguintes subgrupos:

a – Capital: Representado pelo capital nominal subscrito deduzido da parcela ainda não realizada.

b – Reservas de Capital: Fazem parte deste subgrupo as doações, ágio e deságio na emissão de ações, prêmio na emissão de debêntures etc.. Deixam de existir as subvenções para investimentos.

c – Reservas de Reavaliação: Essas reservas deixaram de existir com a entrada em vigor da Lei 11.638/07. Os saldos ainda existentes desaparecerão com o tempo.

d – Reservas de Lucros: São “recursos transferidos dos resultados positivos. É lucro acumulado com uma denominação específica...”.

e – Ajustes de Avaliação Patrimonial: Criado pela Lei 11.638/07, registra os “valores que, já pertencentes ao Patrimônio Líquido, não transitaram ainda pela conta do resultado do exercício, mas o farão no futuro”.

f – Lucros Acumulados: Após a Lei 11.638/07, deixou de ser uma conta patrimonial para ser uma conta de transição entre a D. R. E, e o Balanço Patrimonial. Todo o resultado positivo deve, obrigatoriamente, ter uma destinação específica, seja através de transferências para reservas, seja na distribuição aos acionistas.

g – Ações em Tesouraria: Serve como redutora do Patrimônio Líquido. Fazem parte dela ações da própria entidade, adquiridas por ela mesma, seja através de restituição de capital aos sócios, seja para utilizando como um “jogo de mercado”, aguardando o momento certo para vendê-las.

Ainda em relação ao Passivo, vale lembrar que ele também se divide em Passivo de financiamento e Passivo de funcionamento. O primeiro se refere, principalmente, a transações que não fazem parte do negócio principal da empresa, como financiamentos e empréstimos bancários tomados pela entidade. O segundo diz respeito as atividades principais da empresa, como dívidas adquiridas de fornecedores, impostos a pagar etc.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Nome da entidade	CCLA DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA
Nome do responsável	JUARES ANTONIO CIVIDINI

Atividades de pesquisa autorizadas			
☐	Projeto de Monografia	☒	Monografia

Dados do trabalho	
Título	A utilização de análise de demonstrações contábeis em cooperativas de crédito

Autorizo o acadêmico Roberto Francisco de Souza a divulgar as informações que buscam analisar as demonstrações contábeis dos últimos três anos da Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associado do Vale do Juruena, utilizando-as em sua Monografia de conclusão de curso.

☒ SIM

☐ NÃO

Juína, 01 de Setembro de 2009.

JUARES ANTONIO CIVIDINI
PRESIDENTE